



CERTIFICADO DE REGISTRO E DEPÓSITO - SE/CONFAZ Nº 13/2018

O **Secretário Executivo do CONFAZ**, no uso de suas atribuições prevista nos art. 5º, incisos I, II, e XIV do Regimento do Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ, aprovado pelo Convênio ICMS 133/97, de 02 de janeiro de 1998; bem como no inciso II do art. 3º da Portaria nº 525, de 7 de dezembro de 2017, que aprovou o regimento interno da Secretaria Executiva do CONFAZ, para os fins do disposto na Lei Complementar nº 160, de 07 de agosto de 2017, e nos termos do §3º da cláusula segunda do Convênio ICMS 190/17, de 15 de dezembro de 2017, torna público e **CERTIFICA** o seguinte:

Que o **ESTADO DE SERGIPE**, representado pelo seu Secretário de Fazenda Ademário Alves de Jesus, efetuou o depósito nesta Secretaria Executiva do CONFAZ, nos termos do inciso II da cláusula segunda, e da cláusula décima terceira do Convênio ICMS 190/17, das **PLANILHAS DOS ATOS NORMATIVOS E DOS ATOS CONCESSIVOS** dos benefícios fiscais, e da correspondente **DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA**, cuja relação dos atos normativos foi publicada no Diário Oficial do Estado de Sergipe, por meio do Decreto nº 30.992, de 26 de março de 2018, no dia 27 de março de 2018.

O depósito foi efetuado no dia 21 de junho de 2018 por meio do Ofício nº 166/2018/GABSEC acompanhado de correio eletrônico na forma do Despacho nº 39/18, de 12 de março de 2018.

O Estado de Sergipe declarou que a documentação incluída pela Secretaria Executiva do CONFAZ no processo específico no Sistema Eletrônico de Informações - SEI nº 12004.100717/2018-37, possui o mesmo teor da documentação depositada nesta Secretaria Executiva, por meio do Ofício nº 166/2018/GABSEC acompanhado de correio eletrônico.

O depósito efetuado foi registrado sob nº 13/2018.

Brasília/DF, 05 de julho de 2018.

Documento assinado eletronicamente

BRUNO PESSANHA NEGRIS

Secretário Executivo do CONFAZ



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Pessanha Negris**, **Secretário Executivo do CONFAZ**, em 05/07/2018, às 19:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0839442** e o código CRC **DDF630E8**.